

* 8 MAI 2004 CORREIO BRAZILIENSE

Líderes governistas na Câmara e no Senado deflagram operação destinada a evitar que parlamentares da base, insatisfeitos, fortaleçam a oposição na comissão que avalia a medida provisória do salário mínimo

José Varella 24.11.03



José Varella 6.5.04



DEPOIS DE INTEGRAR POR 18 ANOS AS COMISSÕES ENCARGADAS DE AVALIAR PROPOSTAS DO GOVERNO PARA O MÍNIMO, O SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) FOI AFASTADO PELA LÍDER DO PARTIDO NA CASA, IDELI SALVATTI

PT tira rebeldes do caminho

HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo começou a agir para aprovar no Congresso o novo valor do salário mínimo de R\$ 260. Depois do susto de ver instalada a comissão mista para analisar a Medida Provisória (MP) que fixou o reajuste, os líderes do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), e na Câmara, Arlindo Chinaglia (SP), afastaram da comissão os parlamentares que votariam contra a MP. E indicaram ontem novos integrantes mais afinados com o Palácio do Planalto.

Um dos mais indignados pela decisão foi o senador Paulo Paim (PT-RS). O reajuste do salário mínimo é a principal bandeira da carreira política do senador. Ele chegou a ser indicado por Ideli e nomeado para o cargo de vice-presidente da comissão. Mas na quinta-feira à noite recebeu um telefonema do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), comunicando o seu afastamento da comissão. "Fiquei chocado. Em 18 anos de Congresso sempre fiz parte da comissão", reclamou.

Paim avisou que participará da comissão, mesmo sem direito a voto. E irá votar contra a MP que fixou o mínimo em R\$ 260. Como a bancada do PT na Câmara já decidiu fechar questão em favor da medida provisória,

o senador corre o risco de sofrer processo de expulsão do partido, se a bancada do Senado seguir o mesmo caminho. "O partido tem todo o direito de encaminhar pedido de expulsão se isto acontecer. Não tenho problema nenhum em seguir meu caminho", anunciou.

A líder Ideli Salvatti confirmou que a substituição teve o objetivo de evitar surpresas durante a votação da MP. "Após um acordo da base com a oposição para desobstruir a pauta da Câmara, os líderes resolveram nomear novos representantes que defendessem a posição do governo", explicou a senadora em nota divulgada ontem. Para contribuir com o trabalho da Câmara, abarrotada de medidas provisórias e em ritmo lento por falta de acordo, PSDB e PFL exigiram o compromisso do governo de permitir o funcionamento da comissão mista do salário mínimo. Os aliados ainda cogitaram formas de anular a instalação. Como a comissão

**NÃO PODE
IR LÁ PARA A
COMISSÃO PARA
FAZER ALARIDO
E JOGAR ÁGUA
NO MOINHO DA
OPOSIÇÃO**

Deputado Arlindo Chinaglia
(SP), líder do PT na Câmara

plênia os deputados Ivan Valente (SP) e Fernando Ferro (PE), que têm posições críticas em relação ao governo. Os titulares, por enquanto, são o próprio líder do PT e a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), mas há a possibilidade de trocá-los por Virgílio Guimarães (PT-MG), relator da reforma

já estava criada, eles acharam melhor mantê-la funcionando, mas sob controle.

As substituições têm esse objetivo. O senador Tião Viana (PT-AC), que foi relator da reforma da Previdência e é nome alinhado com o Planalto, vai ocupar a vaga de Paim. Além de Paim, a líder do bloco aliado no Senado substituiu o senador Duciomar Costa (PTB-PA) por Sibá Machado (PT-AC), suplente da ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Os suplentes serão os senadores Fátima Cleide (PT), Saturnino Braga (PT) e Fernando Bezerra (PTB).

Na Câmara, o líder petista Arnaldo Chinaglia preferiu decisão menos traumática. Apenas transferiu para a suplência os deputados Ivan Valente (SP) e Fernando Ferro (PE), que têm posições críticas em relação ao governo. Os titulares, por enquanto, são o próprio líder do PT e a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), mas há a possibilidade de trocá-los por Virgílio Guimarães (PT-MG), relator da reforma

tributária, e Luiz Sérgio (PT-RN), nomes da confiança do governo. O líder petista deixou claro que o critério da escolha foi a fidelidade ao Planalto. "Não pode ir lá para a comissão para fazer alarido e jogar água no moinho da oposição", advertiu. "Quem for (escolhido) tem de defender a intenção média da bancada".

Sugestões

Os governistas estão decididos a trabalhar para aprovar sem retroques a medida provisória. Terão de contornar a própria base aliada, que apresentou propostas para elevar o valor. Até o prazo final, encerrado na quinta-feira, foram apresentadas 78 sugestões de mudança na MP. Somente o senador Paim apresentou cinco emendas para elevar o mínimo a R\$ 300. O PMDB fechou posição em torno desse mesmo valor.

Além da proposta de Paim, os deputados petistas apresentaram mais duas sugestões: elevar o mínimo para R\$ 295 ou R\$ 280. "Esperamos que possa haver um processo de negociação. Com todo o respeito e apreço ao presidente Lula, a Câmara é outro poder", sintetiza a deputada Maninha (PT-DF). O líder do PT deixou claro, porém, que o objetivo é aprovar o valor indicado pelo governo. "Só haverá mudança se for negociado com o governo", avisou Chinaglia.

COLABOROU DENISE ROTHENBURG